

**FACULDADE DE FOZ DO IGUAÇU - FAFIG
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO**

RELATO INSTITUCIONAL

FOZ DO IGUAÇU

Fev 2019

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	3
2 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES	4
3 - HISTÓRICO DA MANTENEDORA	6
4 – COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA	8
5 - METODOLOGIA DOS PROCESSOS AVALIATIVOS	10
6 - COLETA DE DADOS	14
7 – RESUMO DAS ATIVIDADES DA CPA	18
8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	23

INTRODUÇÃO

Este primeiro relato descreve as atividades e ações da Comissão Própria de Avaliação no ano de 2018 e contribui para como parte integrante do ciclo avaliativo ano 2018 a 2020, visando atender a proposta de avaliação interna do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Componentes da Comissão Própria de Avaliação – CPA - 2018

Sérgio Luiz Candil – Presidente

Jacksanderson Farias Rizzati – Representante Docente

Jéssica Souza da Silva - – Representante Técnico Administrativo

Rima Fares Ghata – Representante Discente

Fabiano Belon – Representante da Sociedade Civil Organizada

Lucio Mauro Ferreira da Rocha – Representante dos Egressos

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

2.1. Missão Institucional

A Faculdade de Foz do Iguaçu – FAFIG, tem como missão investir em um processo de ensino e aprendizagem que capacite os seus egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em suas áreas de atuação. Para alcançar esse objetivo, a Instituição promove a educação superior, integrando o ensino e a extensão, com o intuito de formar sujeitos empreendedores e comprometidos com o autoconhecimento, a transformação social, cultural, política e econômica do estado e da região.

2.2. Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão

A estrutura organizacional da Instituição está apoiada em órgãos colegiados, executivos e suplementares. Os órgãos colegiados e executivos organizam-se em dois níveis de decisão:

- Órgãos de Administração Superior: Conselho Acadêmico e Diretoria;
- Órgãos de Administração Acadêmica: Coordenação Pedagógica, Colegiado de Curso, Coordenação de Curso e NDE.

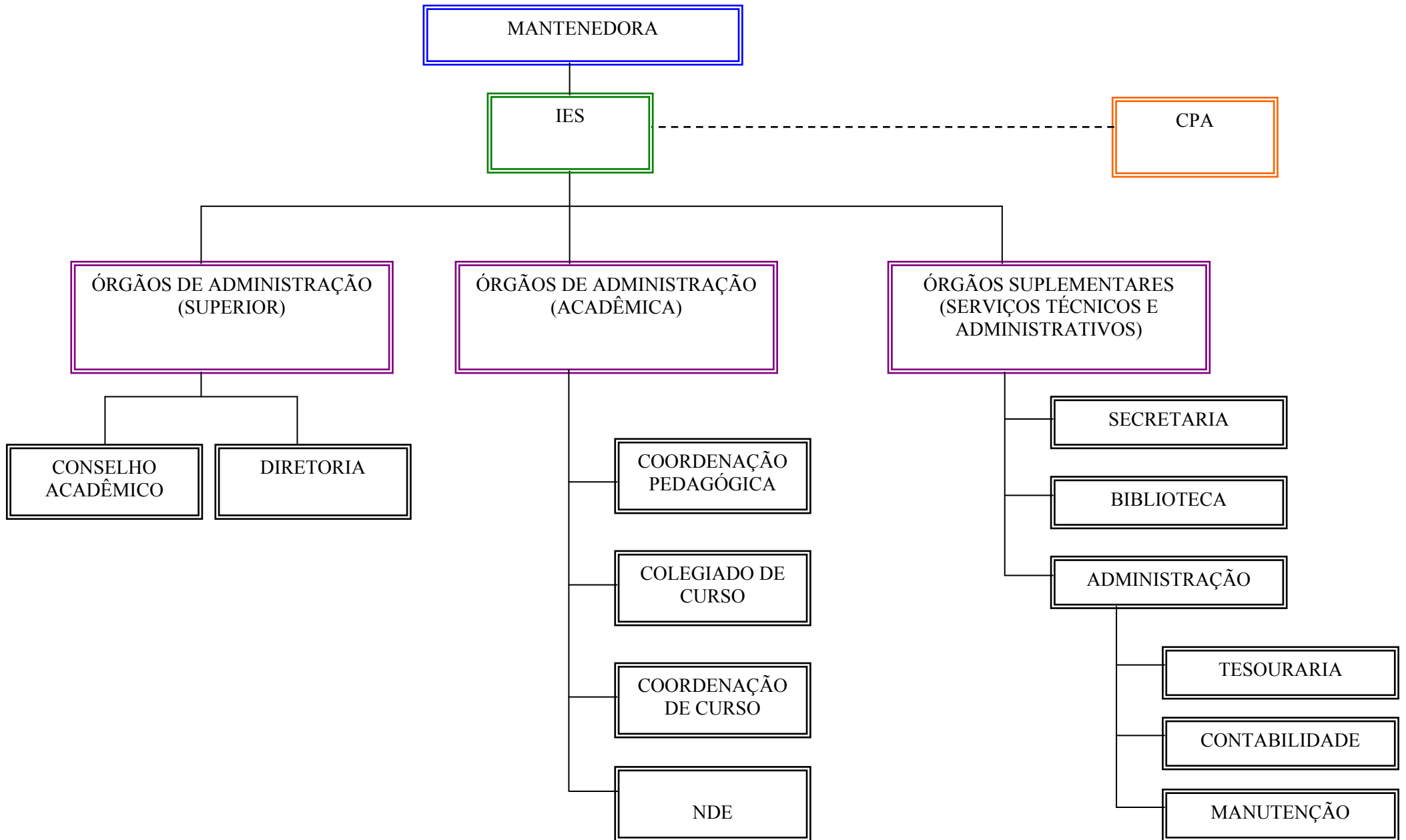
Essa estrutura é auxiliada nas suas atribuições e competências pelos Órgãos Suplementares: Secretaria, Biblioteca, Administração, Tesouraria, Contabilidade e Manutenção.

Poderão integrar a estrutura organizacional da IES outros órgãos de natureza didático-científica, cultural e técnico-administrativa.

2.3. Organograma Institucional e Acadêmico

O Organograma Institucional é apresentado na página a seguir.

ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL



3. HISTÓRICO DA MANTENEDORA

, 3.1. Histórico da Mantenedora

A Sociedade Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo – SUPERO, atualmente **Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo – ASSUPERO**, de acordo com transferência de manutenção autorizada pela Portaria MEC nº 3.355, de 28/09/2005, publicada no DOU em 28/09/2005, é pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, com sede e foro em São Paulo/SP, Estatuto registrado e protocolado em microfilme no Quarto Cartório de Títulos e Documentos de São Paulo, em 04/02/2004, sob o nº 477.740, e CNPJ nº 06.099.229/0001-01.

3.2. Histórico da Mantida

A **Faculdade de Foz do Iguaçu – FAFIG**, conforme Portaria SESu/MEC nº 738, publicada no DOU em 18/06/10, com endereço de funcionamento situado na Avenida Paraná, nº 3.695, Jardim Central, Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, foi credenciado pela Portaria Ministerial nº 3.758, publicada no DOU em 23/12/02, e oferece os seguintes cursos:

Administração, autorizado pela Portaria nº 3.759, publicada no DOU em 23/12/02; **Ciências Contábeis**, autorizado pela Portaria nº 3.761, publicada no DOU em 23/12/02; **Comunicação Social**, autorizado pela Portaria nº 3.770, publicada no DOU em 23/12/02; **Direito**, autorizado pela Portaria nº 3.673, publicada no DOU em 10/12/03; **Enfermagem**, autorizado pela Portaria nº 105, publicada no DOU em 14/06/11; **Pedagogia**, autorizado pela Portaria nº 942, publicada no DOU de 23/11/06; **Turismo**, autorizado pela Portaria nº 3.760, publicada no DOU em 23/12/02. **Nutrição**, autorizado pela Portaria nº 694 publicada no DOU em 18/12/2013 e **Estética e Cosmética**, autorizado Portaria nº 338 Publicada no DOU em 30/05/14.

3.3. Cronograma de Implantação e Desenvolvimento da Faculdade e dos Cursos Oferecidos

Cursos Autorizados	Ato Legal			Vagas
	Autorização	Reconhecimento	Renovação	

Administração	Port. 3.759 – 20/12/02 DOU 23/12/02	–	–	600 M
Ciências Contábeis	Port. 3761 – 20/12/02 DOU 23/12/02	–	–	100 M
Comunicação Social	Port. 3770 – 20/12/02 DOU 23/12/02	–	–	100 M
Direito	Port. 3.673 – 09/12/03 DOU 10/12/03	Port. 68 – 15/02/13 DOU 19/02/13	–	100 M
Enfermagem	Port. 105 – 13/06/11 DOU 14/06/11	–	–	100 M
Turismo	Port. 3760 – 20/12/02 DOU 23/12/02	–	–	100 M
Nutrição	Port. 694 de 17/12/13 DOU 18/12/13			100 M/N
Estética e Cosmética	Port. 338 de 29/5/14 DOU 30/05/14			100 M/N
Pedagogia	Port. 942 – 22/11/06 DOU 23/11/06	–	–	200 M/N

Em funcionamento, atualmente há o curso de Direito, Nutrição, Pedagogia e Estética e Cosmética.

	IGC	CI	CONCEITOS	Direito
Faculdade Foz do Iguaçu - ASSUPERO	3	3	ENADE	3
			IDD	
			CPC	3

Dentre as sinalizações de resultados existentes, segue conceitos recebidos em avaliações externas por cursos avaliados:

Número de alunos matriculados em 2018 nos cursos de Direito por semestre:

Curso	Direito	Pedagogia	Nutrição	Estética e Cosmética
Semestre	Ano 2018	Ano 2018	Ano 2018	Ano 2018
1º	13	10	16	25
2º	36	40	24	34
3º	5			
4º	37			

5º	6			
6º	15			
7º	3			
8º	29			
9º	3			
10º	17			
Total	164	50	40	59

4. COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

Princípios:

- a - melhoria da qualidade da educação superior;
- b - responsabilidade social; e
- c - orientação da expansão da sua oferta.

Diretrizes:

- a - aumento permanente de sua eficácia institucional;
- b - efetividade acadêmica e social;
- c - promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais;
- d - valorização de sua missão pública;
- e - promoção dos valores democráticos;
- f - respeito à diferença e à diversidade; e
- g - afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Objetivos Centrais da Avaliação

- avaliar a Instituição como uma totalidade integrada que permite a autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente

realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional; e

- privilegiar o conceito da autoavaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização.

Objetivos Operacionais da Avaliação

- gerar conhecimento para a tomada de decisão dos dirigentes da Instituição em relação à melhoria contínua de qualidade dos serviços de educação superior ofertados;
- pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela Instituição;
- identificar as potencialidades da Instituição e as possíveis causas dos seus problemas e pontos fracos;
- aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo;
- fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;
- tornar mais efetiva a vinculação da Instituição com a comunidade; e prestar contas à sociedade sobre os serviços desenvolvidos.

Somando esses objetivos às considerações do documento *Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições*, da CONAES, a CPA desta Instituição implantou as seguintes fases avaliativas:

- a - sensibilização;
- b - elaboração e aplicação dos instrumentos de avaliação;
- c - tabulação dos instrumentos propostos (relatório dos dados obtidos); e
- d - divulgação.

A Avaliação Interna, além do caráter qualitativo, adotou a perspectiva quantitativa, optando pela combinação de métodos e técnicas que mais se coadunam com as características da Instituição, utilizando-se de uma avaliação diagnóstica formativa. Foram também utilizados instrumentos de pesquisa que possibilitaram traçar o diagnóstico da Instituição e permitiram avaliar sua qualidade acadêmica, relevância social e eficiência gerencial e organizacional.

5. METODOLOGIA DOS PROCESSOS AVALIATIVOS

Em consonância com os pressupostos e justificativas apresentados, o processo avaliativo desta IES fundamentou-se nos seguintes princípios:

- a - globalidade;
- b - comparabilidade;
- c - respeito à identidade institucional;
- d - não premiação ou punição;
- e - adesão voluntária;
- f - legitimidade; e
- g - continuidade.

O **princípio da globalidade** destaca a importância da avaliação da Instituição não apenas em uma de suas atividades, mas que seja objeto de permanente avaliação as atividades acadêmicas e administrativas, incluindo todos os enfoques presentes na educação superior.

O **princípio da comparabilidade** recomenda o completo entendimento dos termos adotados na Avaliação Institucional, devendo ser os mesmos validados em processos semelhantes em outras IES.

O **princípio da identidade institucional** é o respeito pelas características específicas das instituições.

O **princípio da não premiação ou punição** fundamenta-se no pressuposto de que o processo de avaliação não deve estar vinculado a mecanismos de punição ou premiação. Avaliar é um processo contínuo e sistemático que serve para firmar valores. A intenção, ao tratar da afirmação de valores, é mostrar que há na avaliação uma função educativa que, em muito, sobrepuja o mérito à questão do punir ou do premiar. É essa função educativa que conduz ao processo de instalação da cultura da avaliação – processo que existe em uma dada realidade, em um contexto cultural que o antecede e através do qual se pretende melhorar sempre.

A **adesão voluntária ao processo** de Avaliação Institucional é o princípio de que o referido processo só logra êxito se for coletivamente construído e se puder contar com a participação dos seus membros, nos procedimentos e na utilização dos resultados, expressando, assim, a vontade política da IES.

A **legitimidade do processo** de avaliação só será garantida pelo gerenciamento técnico adequado.

A **continuidade** é que permite a comparabilidade dos dados de um determinado momento a outro, revelando o grau de eficácia das medidas adotadas a partir dos resultados obtidos.

Os cinco eixos que norteiam são:

- Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 - Planejamento e Avaliação. Inclui também um Relato Institucional, que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), incluindo os relatórios emanados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), do período que constituiu o objeto de avaliação.
- Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e o Plano Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição).
- Eixo 3 – Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Política de atendimento aos Discentes).

- Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas e Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira).
- Eixo 5 – Infraestrutura Física: contempla a dimensão 7 (Infraestrutura Física).

Dimensões:

1 - A missão e o plano de desenvolvimento institucional.

2 - A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, à monitoria e demais modalidades.

3 - A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

4 - A comunicação com a sociedade.

5 - As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

6 - Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

7 - Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recurso de informação e comunicação.

8 - Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

9 - Políticas de atendimento ao estudante.

10 - Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Dessa forma, a proposta implantada e seguida pela CPA desta IES parte dos seguintes pressupostos:

- a - a avaliação é uma leitura orientada da realidade, segundo critérios preestabelecidos, de acordo com nossos padrões de qualidade; e
- b - a finalidade última da avaliação não é classificar nem selecionar e nem excluir. Seus resultados devem ser analisados a fim de que sejam propostos caminhos, metas e estratégias que vão ao encontro das intenções educativas e responsabilidades sociais da IES.

A pressuposição para essa autoavaliação se justifica e se transforma em uma necessidade por ser um direito da população, distinguindo-se, assim, da proposição de um Estado avaliador.

Portanto, ela não interessa apenas ao Estado, mas muito mais à população e, para tanto, deve se constituir em compromisso da IES e dos intelectuais que a compõem ultrapassar a crítica e construir uma avaliação concernente com os ideais de uma sociedade justa e democrática. Nesse sentido, avaliação identifica um cenário aferindo qualidade e responsabilidade social.

6. COLETA DE DADOS

A autoavaliação institucional desta IES, realizada de forma permanente e com resultados a serem apresentados anualmente, avalia todos os indicadores estabelecidos pelo INEP. Os resultados obtidos são utilizados pela IES para:

- a - orientar sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social;
- b - orientar sua política acadêmica e de gestão; e
- c - desvelar a realidade dos cursos e da própria Instituição.

Para que a atividade da CPA seja uma constante na tomada de decisão da IES, é indispensável que os dados levantados sejam de fácil visualização e compreensão. É por esse motivo que a complexidade das atividades realizadas e das informações obtidas por esta CPA está consolidada esquematicamente por Fragilidades e Potencialidades de cada uma das 10 dimensões preestabelecidas pelo SINAES.

O método utilizado foi o descritivo exploratório com destaque para os pontos convergentes e divergentes expressos pelas técnicas e instrumentos de coleta de dados e informações, compreendendo todos os sujeitos históricos envolvidos no processo de avaliação.

Fragilidades, potencialidades e ações corretivas propostas e realizadas com indicação dos eixos e dimensões:

- **Eixo 1** – Dimensão 8 - Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

Dificuldades detectadas no processo

- Adequação de sistema eletrônico implantado;

- Dificuldade de conscientização e envolvimento da comunidade.
- Falta de interesse na participação em responder aos questionamentos da CPA;

Facilidades detectadas no processo

- Tabulação eletrônica dos dados coletado;
- Sensibilização permanente que melhorar a qualidade na avaliação da instituição.
- Resultados claros e pontuais sobre a realidade do IES;
- Divulgação dos resultados.

- **Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: Dimensões: 1 – A Missão e o Plano Institucional e 3 - Responsabilidade Social da Instituição.**

Dificuldades detectadas no processo

- Oferta excessiva de faculdades e cursos que viabilize a proposta de crescimento em número de cursos e alunos;
- Comunicação externa e interna deficitária.
- Falta de maior envolvimento da comunidade acadêmica com o tema.

Facilidades detectadas no processo

- Tendo em vista a abertura de novos cursos de Pedagogia, Nutrição e Estética e Cosmética possibilita uma maior participação na Responsabilidade Social da Instituição.
- Localização e Infraestrutura da faculdade: salas de aulas e laboratórios;
- Comunicação externa e interna.
- Preços competitivos;
- Os funcionários se empenham para se adaptarem a novos desafios.
- Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, atendimento direto à comunidade;

- **Eixo 3 – Políticas Acadêmicas: 2 - A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão...; 4 – A comunicação com a sociedade; 9 - Políticas de atendimento ao estudante.**

Dificuldades detectadas no processo

- Falta de interesse e iniciativa em relação à atividade de pesquisa.
- Falta de incentivos para o professor trabalhar a pesquisa e extensão;
- Dificuldade de interação com a sociedade;

Facilidades detectadas no processo

- Criatividade docente com incentivo à monitoria;
- Palestras e semanas acadêmicas dos cursos oferecidos pela IES;
- Realização de palestras abertas a comunidade acadêmica em geral.
- Efetivação de convênios com empresa;
- Multiplicidade de meios de comunicação.
- Atendimento opcional eletrônico;
- Implantação da biblioteca eletrônica;
- Boa qualificação dos funcionários para melhorar a qualidade do atendimento;
- Estrutura de serviços da secretaria acadêmica, de coordenações de curso e pedagógica.

- **Eixo 4** – Dimensões: 5 – As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo...; 6 - Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados...; e 10 – Sustentabilidade financeira

Dificuldades detectadas no processo:

- Pouco investimento efetivo na qualificação dos docentes e corpo técnico-administrativo.
- Pouco incentivo para os professores participarem de congressos;
- Pouco envolvimento dos discentes nas reuniões convocadas como integrantes
- A política de Gestão e Organização permite pouca adaptabilidade frente aos problemas enfrentados;

- Inadimplência.

Facilidades detectadas no processo

- Possibilidade de ascensão profissional;
- Reenquadramento dos docentes;
- Plano de carreira;
- Acesso irrestrito à Biblioteca e Laboratórios de Informática aos funcionários administrativos que estudam em outra IES;
- Oferecimento de cursos aos funcionários administrativos visando seu aperfeiçoamento profissional.
- Organização dos colegiados;
- Representatividade discente e docente;
- Atuação integrada e democrática dos Conselhos Acadêmicos, Diretoria, Coordenações de Curso e Coordenação Pedagógica.
- A situação financeira da IES, apesar da inadimplência, não apresenta riscos para a continuidade dos trabalhos de melhoria propostos.

- **Eixo 5** –Dimensão 7 . Infraestrutura física, especialmente biblioteca, recurso de informação e comunicação.

Dificuldades detectadas no processo

- Poucas salas individuais para atendimentos de acadêmicos;
- biblioteca com poucos boxes para estudos individuais;

Facilidades detectadas no processo

- Acervo da biblioteca.
- Sistema de empréstimo de livros.
- Sistema de consulta de acervo.
- Salas climatizadas.
- Laboratórios de Informática e específicos;
- Biblioteca, acervo e acesso a Internet para pesquisa;
- Rede Wirelles;

7 – RESUMO DAS ATIVIDADES DA CPA

Resumo das reuniões da CPA e ações relativas ao ano de 2018

Em 27 de fevereiro de 2018 os membros da CPA houve a primeira reunião ordinária do primeiro semestre de 2018 onde foram debatidos os seguintes assuntos:

- A professora Munirah informou que ingressou como aluna especial no Doutorado da Unioeste e precisará se afastar da CPA;
- Assumiu a presidência o professor Sérgio Luiz Candil que era representante docente;
- O professor Jacksanderson Farias Rizzati é o novo representante docente.
- Devido a excelente campanha de captação de alunos foram abertos três novos cursos a saber: Pedagogia, Nutrição e Estética e Cosmética.
- Neste semestre 2018-1 manteve a forma de avaliação eletrônica que foi implantada;
- Discutiu-se mudança nos questionários a serem aplicado na IES para o segundo semestre, que foram modificados e descritos na ATA de 27/02/2018;
- Sensibilizamos nossa facilidades e dificuldades apresentadas;
- Iniciamos o novo ciclo avaliativo 2018-2020.
- Registrou-se que receberemos a visita dos avaliadores do MEC para renovação de reconhecimento do curso de Direito;
- O PPC do curso de direito foi atualizado neste primeiro semestre de 2018.

Em 03 de setembro de 2018 os membros da CPA reuniram-se para a segunda reunião ordinária de 2018 onde foram debatidos os seguintes assuntos:

- Programação das datas da avaliação da CPA eletrônica;
- Os quesitos alterados no semestre anterior foram devidamente implantados para esta avaliação;

- Em relação a ouvidoria todas as solicitações efetuadas foram atendidas;
- Afirmou a composição dos responsáveis do NAAP – Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Altismo.
- O representante da comunidade informou que é nítido o crescimento da faculdade e participação da faculdade com a comunidade.
- A representante acadêmica sugeriu contribuirmos para um maior envolvimento em relação aos novos cursos.

Em relação aos resultados de avaliações externas in loco, foram contempladas as seguintes avaliações externas:

Informações gerais da avaliação:

Protocolo: 201710133

Código MEC: 1590934

Código da Avaliação: 143757

Ato Regulatório: Renovação de Reconhecimento de Curso

Categoria Módulo: Curso

Status: Finalizada

Instrumento: 302-Instrumento de avaliação de cursos de graduação - Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento (presencial)

Tipo de Avaliação: Avaliação de Regulação

Nome/Sigla da IES:

FACULDADE FOZ DO IGUAÇU - FAFIG

Endereço da IES:

6657 - Unidade SEDE - Avenida Paraná, 3695 Jardim Central. Foz do Iguaçu - PR.
CEP:85863-720

Curso(s) / Habilitação(ões) sendo avaliado(s):

DIREITO

Informações da comissão:

Nº de Avaliadores : 2

Data de Formação: 28/09/2018 09:12:24

Período de Visita: 21/10/2018 a 24/10/2018

Situação: Visita Concluída

Avaliadores "ad-hoc":

RENATO MOREIRA DE ABRANTES (03060224439)

RONALDO FIGUEIREDO BRITO (07608363703) -> coordenador(a) da comissão

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA COMISSÃO DE AVALIADORES

A Comissão de Avaliação, designada por meio de Ofício Circular INEP/DAES/CGACGIES, formada pelos professores Ronaldo Figueiredo Brito (Ponto Focal) e Renato Moreira de Abrantes, realizou no período de 21/10/2018 a 24/10/2018 a avaliação n. 143757, processo n. 201710133, para a Renovação de Reconhecimento do Curso de Direito da Faculdade de Foz do Iguaçu. Após análise preliminar das informações postadas pela IES no Sistema e-MEC, a comissão realizou "in loco" reunião com os representantes

da IES, ratificando a agenda de trabalho e os objetivos da visita. Além disso, verificou a documentação disponibilizada, PDI e PPC, fez reuniões com membros da CPA, entrevistou o NDE, os docentes e os discentes, além de verificar as instalações físicas, tais como: biblioteca, salas de aula, laboratórios, instalações administrativas, instalações sanitárias, áreas de convivência, salas de informática e outras.

Todas as verificações feitas durante a visita tomaram por base as orientações e disposições do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (presencial e a distância) reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Esta comissão, tendo realizado as considerações sobre cada um dos indicadores deste instrumento e sobre os requisitos legais, todas integrantes deste relatório, e considerando também os referenciais de qualidade dispostos na legislação vigente (diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior e este Instrumento), chegou aos seguintes conceitos por dimensão:

Dimensão 1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA - Nota: 3,65.

Dimensão 2 – CORPO DOCENTE E TUTORIAL - Nota: 3,53.

Dimensão 3 – INFRAESTRUTURA - Nota: 3,50.

Assim, diante do acima exposto, o Curso de Direito da Faculdade Foz do Iguaçu apresenta um perfil de qualidade BOM, atingindo o

CONCEITO FINAL NOTA 4

Do conjunto de ações planejadas, esta IES realizou todas as ações programadas nas etapas de preparação, desenvolvimento e consolidação.

Dentre as avaliações e resultados obtidos na sinalização interna, a CPA detectou fragilidades relacionadas a empresas terceirizadas de cantina e estacionamento e professores.

De posse destas informações e resultados apresentados temos a certeza que a CPA possui importante papel e está contribuindo de forma significativa para melhoria do processo, da instituição e conseqüentemente do ensino.

9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A autoavaliação institucional desta IES é realizada de forma permanente semestralmente e com resultados mensurados e divulgados, visando à consolidação de uma cultura de avaliação que permita uma visão crítica e consciente do papel da instituição de ensino superior.

Dentre as ações realizadas no ano de 2018 adequação da avaliação eletrônica, bem como os quesitos que foram alterados visando uma melhor informação

As ações da comissão da CPA sempre buscam a melhoria do processo e os resultados alcançados nas avaliações de autorização de curso, reconhecimento, renovação do reconhecimento, ENADE, juntamente com as avaliações internas da CPA e retornos da comunidade permite presumir que o trabalho realizado tem apresentado resultado satisfatório atendendo a uma importante atribuição da CPA que é a contínua busca de melhorias para a instituição como um todo.

Atenciosamente,

Comissão Própria de Avaliação da Faculdade de Foz do Iguaçu